

PROBLEMAS NA ECONOMIA LOCAL E INTERVENÇÃO ECONÔMICA: ALAGOINHAS, 1930-1949.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão¹

Resumo: *A década de 1930 se iniciou trazendo uma grave crise econômica para a cidade de Alagoinhas – BA. Seu principal produto, o fumo, sofreu uma sobretaxa de seu principal comprador e a arrecadação devida ao Estado também sofreu um aumento considerável, isso gerou um decréscimo considerável nos cofres públicos municipais, sendo agravado ainda por uma seca que ocorreu em 1932. Para tentar resolver este problema e incentivar a lavoura da cidade o Poder Público Municipal lançou mão de projetos que buscavam premiar os agricultores e aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos (fumo e laranja) e conseqüentemente (na visão deles), aumentar a arrecadação municipal. Para a resolução do problema o Poder Público apostou na intervenção e acreditou que esta seria a melhor maneira de reerguer e controlar as contas da cidade.*

Palavras-chaves: Alagoinhas; Cidade; Economia; Intervenção.

INTRODUÇÃO

Alagoinhas é uma cidade localizada no interior da Bahia a meio caminho do litoral e do sertão, no agreste baiano e na década de 1930 era considerada cidade pólo do Litoral Norte da Bahia. Neste período ela era ligada à capital do Estado, Salvador, por 125 quilômetros de estrada de ferro e por 105 quilômetros em um trajeto rodoviário por estrada de rodagem. A presença da estrada de ferro, com duas estações ferroviárias e um importante entroncamento ferroviário, tornava a cidade um local estratégico na ligação da capital baiana com o norte-nordeste do Estado e com outros Estados, como por exemplo, Sergipe.

Este fato gerou um maior dinamismo na vida da cidade, pois facilitou o transporte de cargas e pessoas e possibilitou ao alagoinhense um intercâmbio mais intenso com outras localidades ainda no século XIX. Neste momento a estrada de ferro era concebida como um símbolo, um sinal de progresso e de modernidade que haviam chegado a Alagoinhas, mas em 1930 e 1940, outro elemento começava a atrair os desejos de modernidade dos alagoinhenses, a estrada de rodagem.

Em 1930 Alagoinhas era uma cidade que possuía aproximadamente 46.509 habitantes, sendo que destes, 20.000 residiam na sede do município². Até o final da década de 1940, sua população atingiu a marca de 52.007 habitantes, com 53% residindo na zona rural³. No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940 a população da cidade sofreu um acréscimo de 11,82% no total de habitantes. Algo que não mudou de maneira global foi a zona de moradia desta população que continuou a ser majoritariamente rural. Em uma separação por quadros

¹ Licenciado em História pela UNEB – Campus II – Alagoinhas - BA. Mestrando em História Regional e Local pela UNEB – Campus V – Stº Antonio de Jesus – BA. Esta pesquisa recebe o apoio da Capes.

² Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

realizada pelo IBGE, foi estimado que deste total de habitantes, 22.366 residiam no quadro urbano, 2.230 no quadro suburbano e 27.612 no quadro rural⁴. Era um município que como muitos outros da Bahia e do Brasil ainda tentavam empreender uma urbanização mais efetiva e que lutavam contra traços rurais na cidade.

Diante destas características iniciais suas principais atividades econômicas eram a agricultura e o comércio. Eram estas atividades as maiores fontes de rendas do município. Com relação à lavoura seus principais produtos de exportação eram a laranja - principal produtor do estado no período - e o fumo, o qual tinha sua produção exportada até para a Alemanha. Estes dois produtos eram responsáveis por 72% da produção agrícola da cidade⁵. Ela ainda apresentava uma considerável produção de leite pasteurizado, que abastecia a capital, colocando-a como uma integrante da bacia leiteira do Salvador.

A localização da cidade, sede do mais importante entroncamento ferroviário do norte-nordeste do Brasil, de alguma maneira foi responsável pelo desenvolvimento da atividade comercial de Alagoinhas. Esta posição facilitava aos comerciantes, agricultores e industriais escoarem sua produção com mais agilidade e também colocava estas pessoas em contato com possíveis novidades do mercado, de forma a diversificarem sua produção e o estoque de suas casas comerciais. O comércio da cidade concentrava-se na antiga Pça. do Comércio, depois chamada de J. J. Seabra. Este era o local onde estavam situados lojas e armazéns que dispunham de diversos produtos para a venda: tecidos, vinhos, ferragens, queijos, calçados, sabão, carne seca, louças, vidros, cereais, remédios, entre muitos outros.

As casas comerciais mais importantes eram os trapiches responsáveis pela produção de fardos e venda do fumo em folha, em corda e em rama. Eles distribuíam não somente a produção de Alagoinhas, o fumo de outras cidades da região era beneficiado e vendido nos trapiches.

Havia uma quantidade razoável destes estabelecimentos na cidade e não por acaso os seus proprietários formavam uma espécie de elite comercial de Alagoinhas, porque eram eles os maiores beneficiários do beneficiamento e comercialização do produto. Grande parte da renda da cidade provinha desta atividade, o que de certa maneira justificava a preocupação do poder público municipal com os destinos desta cultura. Políticas públicas foram implantadas visando garantir boas produções de fumo e uma taxa extra do fumo alagoinhense na Alemanha gerou uma crise para a economia da cidade.

Em 1936, o Vereador Dr. Miguel de Azevedo, apresentou uma proposta de projeto de Lei que tinha com principal objetivo incrementar a lavoura de fumo no município. Neste projeto o autor propôs que o município concedesse prêmios como bonificação para os lavradores que tivessem alcançado a produção superior a mil trezentos e cinquenta quilos de fumo por ano. Na justificativa do projeto, Dr. Miguel de Azevedo apresenta duas razões para aprovação e sanção da lei, segundo ele, o projeto: “[teve] por fim não só incentivar os pequenos lavradores, concedendo - lhes o (...) prêmio dos suores derramados (...), como promover o aumento de produção em benefício do Cofre Municipal”⁶.

⁴ IBGE. Recenseamento Geral de 1950. Documento avulso.

⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

⁶ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15.

Na verdade, ao que parece, a concessão de prêmios aos lavradores era apenas um pretexto para que o poder público municipal se mobilizasse no sentido de aumentar as rendas da cidade. Tudo indica que o município estava enfrentando uma crise em suas finanças. Segundo o Vereador um dos “problemas mais vitais do Município” eram as suas rendas deficientes e era necessário que se descobrisse novas fontes de renda e que se incrementasse as existentes.

PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Estas dificuldades estavam em pauta desde o início da década de 1930. Em 1931 em um Memorial enviado ao interventor federal no estado da Bahia, o prefeito alega problemas financeiros em Alagoinhas, devido ao aumento da contribuição devida pelos municípios, ao tesouro estadual, para o serviço de ensino, 20% da arrecadação e para o serviço de policiamento, outros 5%⁷. Além do acréscimo da tributação exigida pelo estado, o principal produto de exportação da cidade, o fumo, sofreu um golpe muito pesado. A Alemanha, seu principal mercado comprador criou uma sobretaxa sobre o produto, cobrando um imposto de 180 marcos - ouro, por quilo de fumo que entrasse no país⁸.

O resultado disto foi o afastamento de negociantes que compravam o produto nas mãos dos lavradores e comerciantes locais e revendiam no exterior. Outro fator foi a diminuição significativa da procura pelo produto, onde grande quantidade de fumo “bichava” nas propriedades, sem compradores. Se para lavradores e comerciantes a situação ficou difícil, para a cidade as ressonâncias do imposto alemão, também não foram nada agradáveis.

Atacada em sua principal atividade econômica, Alagoinhas diminuiu a sua receita orçada, para o ano de 1931, em mais de quarenta contos de Réis. Isto significou o aumento de obrigações sem a perspectiva de cumprimento, dificuldades para o pagamento do já mal pago funcionalismo municipal e a incapacidade de se levar a frente projetos de obras públicas de urbanização da cidade. Melhoramentos como, por exemplo, nivelamento de ruas, colocação de calçamento, valetas e meios-fios deixaram de ser feitos, devido à diminuição abrupta de rendas do município. Isto segundo a justificativa do Prefeito Mario Cravo⁹.

Em 1934 Alagoinhas ainda se ressentia da situação gerada pela seca que se abateu sobre a cidade em 1932¹⁰. Problemas na colheita de gêneros básicos da alimentação, como o feijão, a mandioca, o milho e frutas, seguidos da alta dos preços dos gêneros alimentícios, agravaram ainda mais a crise financeira pela qual passava o município. Em contra partida os principais produtos de exportação do município sofreram uma queda nos preços da venda. Os terrenos e as propriedades em geral foram desvalorizados. Os trabalhos e os negócios nos diversos setores econômicos enfrentaram um sensível retrocesso, gerando entre outros fatores o aumento da inadimplência dos contribuintes do município. Diante de tal situação os cofres públicos da cidade enfrentavam uma grande escassez de recursos, comprometendo o andamento de obras públicas, o pagamento do funcionalismo e de dívidas da Prefeitura, recém contraídas, entre outras coisas, para a instalação da Usina Elétrica Municipal.

⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

⁸ Idem.

⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

¹⁰ Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 14 de março de 1934. Livro nº14.

Este era o quadro econômico da cidade, no momento da proposta do vereador. Era preciso reerguer a economia da cidade para que ela não se afundasse ainda mais. E para isso era necessário aumentar a arrecadação pública.

Apesar de toda crise enfrentada pela cultura do fumo no início da década, ainda era ela que “[representava], portanto a sua [da cidade] maior grandeza, e triste de nós se não [fosse] ela”¹¹. Segundo o autor do projeto, mesmo a produção de fumo segurando a economia da cidade ela era “desamparada e entregue exclusivamente a pequenos lavradores”¹². Neste caso, gerando riquezas para a cidade e para os proprietários de trapiches, verdadeiros beneficiários desta produção, os pequenos produtores, responsáveis diretos pela lavoura do fumo, estavam em situação difícil e desmotivados para continuar com a cultura deste produto.

O vereador doutor que era agrônomo e se considerava experimentado na vida do campo, “conhecedor dos segredos da terra, da média, da sua produção e das múltiplas dificuldades que [enfrentavam] os pequenos lavradores”¹³, pintava um quadro sombrio para o futuro da cidade caso os pequenos lavradores abandonassem a produção. O Dr. Miguel, além de vereador, exercia as funções como agrônomo na sua propriedade e nos vários serviços do Governo Federal ligados à agricultura, com certeza seria contemplado com o prêmio previsto no projeto, já que possuía uma propriedade em que era produzido o fumo.

Os pequenos lavradores eram os maiores responsáveis pelo cultivo do fumo, mas não eram suficientemente recompensados pela atividade. Era preciso fazer com que sua renda aumentasse de alguma forma para que eles não abrissem mão da produção e fossem em busca de outra atividade mais rentável. O prêmio surgiu como uma possibilidade de aumento da renda dos pequenos produtores e como um incentivo para eles não somente seguissem com o cultivo, mas que ampliassem a produção. Isso através da adoção de novas técnicas de plantio e manejo, já que o agrônomo autor do projeto considerava a tecnologia utilizada até então obsoleta e defasada, não dando conta de criar condições mais favoráveis no sentido de aumentar a produção.

O aumento da produção gerava mais negociação e arrecadação, contribuindo para que o município aumentasse sua renda, assim pensava o autor da proposta de projeto de Lei.

Isto acabava forçando os lavradores a adotarem novas técnicas para alcançarem a meta prevista no projeto e conseguirem o prêmio. Mas isso parecia ser uma tarefa difícil, haja vista o julgamento do vereador em relação aos lavradores. Segundo ele, os pequenos lavradores, maiores responsáveis pela produção, eram “homens pobres e sem escola, rotineiros por índole e bastante atrasados”¹⁴. E mais, ele detecta uma, “aversão (...) pelos métodos modernos na classe dos pequenos lavradores, (...), eles prosseguem, (...), só se preocupando com a quantidade, desprezando a qualidade”¹⁵. Parece que havia muito trabalho pela frente, no sentido de mudar os hábitos de plantio dos lavradores e o município não reunia condições para tal empreitada. Para isso foi pedida uma ajuda ao “Instituto do Fumo”, com o objetivo de se “propagar entre os lavradores, os modernos métodos aconselhados para o desenvolvimento da citada cultura e

¹¹ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15

¹² Idem.

¹³ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15

¹⁴ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 14 de setembro de 1936. Livro nº 15.

¹⁵ Idem.

valorização do citado produto”¹⁶. Assim ficava subentendido que somente após uma modernização no plantio do fumo a cidade poderia lograr os êxitos com o aumento da produção e conseqüente ampliação da arrecadação e de suas rendas.

A despeito deste projeto os maiores beneficiários pelo aumento da produção do fumo de Alagoinhas e região eram os proprietários de trapiche. Eram estes comerciantes os responsáveis pelo beneficiamento, embalagem, armazenamento e venda ao exterior do produto. Além disto, alguns deles também produziam charutos, agregando ainda mais valor ao produto, diferente dos pequenos agricultores que vendiam o produto em folha apenas, conseguindo um preço bem menor pelo seu trabalho.

Alguns desses comerciantes galgaram importantes postos na política da cidade, como o Cel. Saturnino Ribeiro, proprietário de trapiches, armazéns e vários imóveis, foi Intendente por duas oportunidades, e várias vezes conselheiro e vereador, chegando à presidência da Câmara no período compreendido entre 1934-1937¹⁷. Também Mario da Silva Cravo era dono de um grande trapiche, situado na rua Cons. Saraiva, foi prefeito entre os anos de 1930 a 1937. Eles definiam os preços do fumo, onde, como e quando seriam vendidos. Sendo o fumo uma das maiores riquezas da cidade no momento, pode-se imaginar a quantidade de dinheiro que circulava em suas mãos e quanto poder econômico e político eles detinham em Alagoinhas.

A laranja era outro produto de destaque que gerava riquezas para alguns fazendeiros e sitiantes da cidade. Nas décadas de 1930 e 1940 Alagoinhas era considerada uma das maiores produtoras de laranja do Estado da Bahia¹⁸. Nas zonas mais periféricas da cidade como, por exemplo, a região de Alagoinhas Velha abundava os sítios produtores de laranja. Nos distritos também era grande a quantidade de terras comprometidas com esta cultura. Houve uma proposta na Câmara de Vereadores de autoria do mesmo Vereador Dr. Miguel de Azevedo, visando ampliar, favorecer e incentivar a produção de laranja no município¹⁹. Esta constava de um prêmio que deveria ser distribuído aos citricultores que atingissem determinada cota de produção.

A partir das décadas de 1920 e 1930 houve um desenvolvimento da cultura da laranja em todo o Brasil, principalmente nos Estados da Bahia e de São Paulo. E isto foi de certa maneira estimulado pelo aumento das exportações desse fruto para a Europa e os Estados Unidos. O tipo de solo e de clima de Alagoinhas era considerado propício para a cultura da laranja e o seu plantio já datava de longa data na cidade, desde a segunda metade do século XIX.

No momento da proposta, em 1937, o cultivo da laranja já respondia por uma considerável fatia da riqueza produzida pela cidade. A preocupação do Dr. Miguel de Azevedo era parecida com a que justificou o seu projeto de premiação aos produtores de fumo, incentivo, “fomento e expansão das forças produtoras do Município”. Além de aproveitar a situação favorável no mercado nacional e internacional, para aumentar a produção local e conseqüentemente melhorar a arrecadação municipal²⁰.

¹⁶ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 14 de setembro de 1936. Livro nº 15

¹⁷ Estas informações podem ser conferidas em três livros de Ata de sessões da Câmara Municipal.

¹⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

¹⁹ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 04 de julho de 1937. Nº 15.

²⁰ Idem.

Para o autor do projeto, tornava-se “aconselhável não perdermos mais tempo e procurarmos extirpar os processos antiquados, a fim de nos colocarmos na vanguarda dos centros produtores do Estado”²¹. Aliando o momento de grande procura no mercado internacional pelo produto à favorável condição natural para a produção do fruto, era preciso que a cidade se preparasse para atender às demandas e se adequasse às novas técnicas de plantio, para aumentar a produção quantitativa e qualitativamente.

O autor do projeto, como no anterior, demonstrou uma grande preocupação com as técnicas de plantio e manejo na cultura da laranja. Ele novamente demonstrou que considerava as técnicas tradicionais já obsoletas e que necessitavam de renovação, era preciso aperfeiçoar “pela técnica moderna o seu cultivo em benefício comum”²². Pelo governo do Estado foi criado o “Serviço de Citricultura”, sediado na Ilha de Itaparica, com o objetivo de difundir “ensinamentos proveitosos para a difusão e progredimento da preciosa lavoura”²³. Este era uma espécie de centro de referência para o fomento da produção da citricultura no Estado e seria de grande importância para que o projeto em Alagoinhas tivesse um resultado positivo.

Pelo projeto²⁴ o Poder Executivo Municipal concederia prêmios de mil réis (1\$000) até mil pés aos citricultores do município que apresentassem em sua propriedade uma produção superior a quinhentas laranjeiras. Para a concessão dos prêmios, os produtores deveriam atender a algumas exigências, primeiro era o número de laranjeiras a condição inicial. Também era preciso obedecer a determinadas práticas aconselhadas pela “Estação de Citricultura” no plantio e no manejo das plantas. Somente teriam direito aos prêmios os produtores que possuíssem laranjeiras a partir de um ano de idade e estas deveriam estar “sadias, bem desenvolvidas e expurgadas de pragas vegetais”. O exame da produção seria realizado por técnicos da “Estação de Citricultura” e por citricultores de “comprovada competência para julgarem o valor da cultura examinada”. Para o pagamento das doações a Câmara autorizou a abertura de crédito no valor de dez contos de Réis (10:000\$000).

O projeto tinha como objetivo premiar apenas aqueles citricultores que desenvolvessem a produção a partir de práticas consideradas modernas e que tornassem a cultura da laranja sadia e livre de pragas que não eram poucas²⁵. De alguma forma a lei surtiu o efeito desejado e atendeu aos objetivos justificados pelo seu autor que era fazer com que Alagoinhas conseguisse atingir “uma larga e vultosa exportação” em um curto período de tempo. De fato no final da década de 1940 a cidade atingiu o posto de maior produtora de laranja do Estado de Bahia²⁶, fator que rendeu a Alagoinhas a fama e o epíteto de “terra da laranja” que até hoje a acompanha.

O mesmo vereador ainda lançou mais um projeto que visava fomentar as atividades econômicas em Alagoinhas no sentido de tentar reerguer as finanças do município. Este constou da proposta de criação de uma feira permanente de exposições para produtos do comércio, da

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Projeto de Lei de autoria do Ver. Dr. Miguel Olympio Pinto de Azevedo, apresentado no plenário da Câmara Municipal de Alagoinhas na sessão do dia 04 de junho de 1937.

²⁵ Idem.

²⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

lavoura e da indústria. A partir desse, o objetivo do vereador era gerar oportunidade de negócios para a cidade²⁷.

A atividade que poderia ser chamada de industrial do município era incipiente, mas mesmo nessa condição ocupava 11% da população economicamente ativa em Alagoinhas²⁸. Constava de alguns curtumes que beneficiavam peles e couros e geravam a produção de calçados e artigos para selaria. Os alambiques, que além de produzirem bebidas alcoólicas como cachaças, aguardente, licores e vinhos de fruta produziam vinagres. Havia fábricas artesanais e caseiras de fogos de artifício e anil, de sabão, de sapatos, de fubá de milho, de gelo, sapatarias, serrarias²⁹. A produção do fumo na cidade e na região favorecia o aparecimento de estabelecimento para a produção de charuto, sendo que uma das principais era a fábrica “Saturno”, de propriedade de Saturnino Ribeiro³⁰. A lavoura da laranja gerava também o aparecimento de algumas fábricas artesanais de máquinas para foliar formigas, que eram utilizadas no combate às saúvas, uma das principais inimigas dessa lavoura. Alguns curtumes tinham uma grande importância para a economia do município, como, por exemplo, o Curtume São Paulo, pertencente a membros da família Leal, uma das mais influentes da cidade naquele momento.

Esta dita atividade industrial em Alagoinhas era fruto de alguns esforços pessoais e isolados e bastante rudimentar e restrita ao beneficiamento de produtos agrícolas, era o que poderíamos chamar atualmente de agroindústria. Ou seja, a atividade agrícola fomentava a transformação de seus produtos, como o fubá, a farinha de mandioca, o charuto, os sapatos, botinas e selarias ou solicitava a produção de materiais, sem maiores complexidades tecnológicas, para auxiliarem no manejo das lavouras. E isso não poderia ser diferente, uma vez que no Brasil a industrialização ainda não havia enfrentado um processo consistente de consolidação dessa atividade econômica³¹.

CONCLUSÃO

No âmbito da economia a década de 1930 não começara de uma maneira agradável para a cidade de Alagoinhas. Sem contar os abalos representados pelas turbulências políticas, um grande golpe foi desferido pelo maior comprador do seu mais importante produto de exportação no momento. A sobretaxa ao fumo pelo governo alemão causou um grande prejuízo não apenas para os lavradores, mas gerou uma grave crise nas finanças e nos cofres da cidade. A seca em 1932 agravou ainda mais a situação financeira do município, uma vez que era a agricultura sua mais importante atividade econômica e os efeitos da seca atingiram diretamente as lavouras da cidade e da região, causando problemas também nos outros setores, como o comércio e provocando entre outras coisas a estagnação nos diversos negócios e diminuição na arrecadação municipal.

²⁷ Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 22 de outubro de 1936. Livro nº 15.

²⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

²⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

³⁰ ROCHA, Jeane Angélica M. *Saturnino da Silva Ribeiro: um homem de seu tempo*. Alagoinhas em Revista. Ano I nº I. Set/Out/Nov. de 2005.p. 3.

³¹ Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e historia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.37

Na tentativa de solucionar os problemas na renda municipal, que vinham de uma constante queda desde o início da década, o Vereador Dr. Miguel de Azevedo nos anos de 1936 e 1937, colocou à apreciação da Câmara de Vereadores três projetos que visavam fomentar, incentivar e desenvolver algumas das principais atividades econômicas da cidade, com o fim de recuperar as rendas e a arrecadação municipais. Foram eles, projetos para premiação de lavradores de fumo e produtores de laranja e uma proposta para a implantação de uma feira permanente de produtos da agricultura, comércio e indústria.

Em comum estes projetos apresentavam uma proposta e uma intenção de regulamentação e intervenção por parte da prefeitura nos setores da economia municipal. Sofrendo crises que datavam do início da década a cidade necessitava de ações que pudessem pôr termo ou ao menos minorar seus efeitos.

Parece que, para o poder público os próprios agricultores e comerciantes da cidade não estavam encontrando soluções para a resolução do problema. Então restava aos vereadores cumprir o seu papel e “estudar as necessidades mais palpitantes, os problemas mais vitais do município, visando sempre o seu progresso”³². A tarefa de gerar riquezas também começou a fazer parte das obrigações do Estado, regular para ter um maior controle e com isso ganhar um aumento substancial em seus cofres, era assim que pensava boa parte dos vereadores e o prefeito da cidade.

Havia clara intenção de intervir nas atividades econômicas com a justificativa se de gerar mais riqueza para Alagoínhas. E novamente o autor dos projetos declara que era preciso gerar novas fontes de receita e estimular as classes produtoras para que a cidade alcançasse independência e prosperidade.

E o controle é notório no sentido de que apenas aqueles produtores que seguissem determinadas regras impostas pelas leis seriam beneficiados com as premiações previstas nas mesmas. Essa vigilância se dava em todas as etapas do cultivo. As técnicas de plantio, manejo e colheita deveriam atender a normas preestabelecidas, a quantidade da produção e principalmente a sua qualidade também estavam sujeitas a fiscalização. Quem quisesse concorrer aos prêmios deveria modificar suas técnicas, mesmo que fossem a muito utilizadas, este era também uma espécie de objetivo velado do projeto, a mudança de hábitos de trabalho com a terra dos lavradores. O controle não era meramente formal, pois representantes do poder público eram os responsáveis técnicos pelo julgamento das lavouras. Eles estavam no local da plantação de fumo ou de laranja e aprovavam ou não a concessão da bonificação ao produtor.

O poder público tentava desta maneira consolidar sua presença de forma mais direta e incisiva na vida dos munícipes, se possível, e preferencialmente com a mudança de hábitos desses, para que os mesmos se adequassem às suas regulamentações e se moldassem à sua maneira de conduzir a coisa pública.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³² Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoínhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. V 2.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e historia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROCHA, Jeane Angélica M. *Saturnino da Silva Ribeiro: um homem de seu tempo*. Alagoinhas em Revista. Ano I nº I. Set/Out/Nov. de 2005.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *Historia da Vida Privada no Brasil: República: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. V 3.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.